

A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DO ENSINO SUPERIOR: A EXPOSIÇÃO DOS PROBLEMAS DE FORMAÇÃO A PARTIR DA PANDEMIA

CURITIBA/PR NOVEMBRO/2020

ALESSANDRA DE PAULA - UNINTER - alessandra_rs1@hotmail.com

Tipo: Investigação Científica (IC)

Natureza: Relatório Final de Pesquisa

Categoria: Pesquisa e Avaliação

Setor Educacional: EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL, EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA, EDUCAÇÃO SUPERIOR

RESUMO

ESTE ARTIGO ABORDA A QUESTÃO DA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA, EM CURSOS DE GRADUAÇÃO E EM CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO, PARA ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR. RESPONSÁVEIS PELA FORMAÇÃO DE GRANDE MAIORIA DOS DOCENTES, NO PAÍS, ESSES CURSOS, TANTO OS DE GRADUAÇÃO COMO OS DE PÓS-GRADUAÇÃO, OFERECEM POUCAS DISCIPLINAS VOLTADAS AO USO DAS TECNOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO, O QUE COLOCA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM DESVANTAGEM PERANTE OUTROS PAÍSES, MAIS AVANÇADOS NESSE CAMPO DE ATUAÇÃO. ESSA DEFASAGEM FICA MAIS EVIDENTE QUANDO, POR EXEMPLO, NESTA ÉPOCA DE PANDEMIA, OS PROFESSORES FORAM SOLICITADOS A MINISTRAR SUAS AULAS, REMOTAMENTE. FOI CONSTATADA A EXISTÊNCIA DE TRÊS GRUPOS: A) PROFESSORES DE EDUCAÇÃO BÁSICA SEM NENHUMA FAMILIARIDADE COM AS FERRAMENTAS DE EAD; B) PROFESSORES DE EDUCAÇÃO BÁSICA QUE TAMBÉM ATUAM NO ENSINO SUPERIOR, EM TURMAS PRESENCIAIS E TAMBÉM EM CURSOS EM EAD; C) PROFESSORES DE ENSINO SUPERIOR QUE, EMBORA ATUANDO TAMBÉM EM INSTITUIÇÕES QUE OFERECEM DISCIPLINAS OU CURSOS EM EAD, NÃO MANTÊM NENHUMA FAMILIARIDADE COM A UTILIZAÇÃO DAS FERRAMENTAS DISPONIBILIZADAS PELA INSTITUIÇÃO. A PESQUISA FOI FEITA AO LONGO DOS MESES DE ABRIL A JULHO, A PARTIR DAS MENSAGENS DESSES PROFESSORES EM GRUPOS DE REDES SOCIAIS, CRIADOS ESPECIALMENTE PARA ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO NAS DIFICULDADES OBSERVADAS. A PESQUISA CARACTERIZA-SE COMO EXPLORATÓRIA E DESCRITIVA, E OBJETIVOU APRESENTAR UMA ANÁLISE QUALITATIVA DAS PRINCIPAIS DIFICULDADES APRESENTADAS POR ESSES DOCENTES EM SUA ATUAÇÃO PEDAGÓGICA NAS AULAS NO PERÍODO INICIAL DE ISOLAMENTO DEVIDO À PANDEMIA. CONCLUIU-SE QUE AS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS, TANTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA QUANTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, DEVEM INVESTIR EM PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO PARA SEUS PROFESSORES, PARA QUE OS MESMO POSSAM ESTAR INSTRUMENTALIZADOS PARA O RETORNO DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS.

Palavras-chave: FORMAÇÃO DE PROFESSORES. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. EDUCAÇÃO BÁSICA. ENSINO SUPERIOR.

Introdução

Este artigo aborda a questão da formação inicial de professores para a educação básica, em cursos de graduação e em cursos de pós-graduação, para atuação na educação superior. Responsáveis pela formação de grande maioria dos docentes, no país, tanto para a Educação Básica quanto para a Educação Superior, esses cursos, tanto os de graduação como os de pós-graduação, oferecem poucas disciplinas voltadas ao uso das tecnologias aplicadas à educação, o que coloca a educação brasileira em desvantagem perante outros países, mais avançados nesse campo de atuação. Essa defasagem fica mais evidente quando, por exemplo, nesta época de pandemia, os professores foram solicitados a ministrar suas aulas, remotamente, utilizando-se dos recursos tecnológicos existentes e, em sua maioria, disponibilizados gratuitamente, como no caso da escola pública.

Observa-se que, apesar dos avanços da tecnologia, a escola ainda se manteve presa aos modos de fazer educação de sempre, sem buscar atualizar-se ou oferecer a seus professores oportunidades para dinamização de suas aulas, com a utilização de recursos mais compatíveis com os interesses dos alunos e adequados às novas demandas de educação para o século XXI. Fala-se muito na utilização de métodos e recursos inovadores para a educação, mas a concretização dessas ações ainda está muito distante da realidade da maioria das escolas brasileiras.

No estudo realizado, foi constatada a existência de três grupos: a) professores de educação básica sem nenhuma familiaridade com as ferramentas de EaD; b) professores de educação básica que também atuam no ensino superior, em turmas presenciais e também em cursos em EaD; c) professores de ensino superior que, embora atuando também em instituições que oferecem disciplinas ou cursos em EaD, não mantêm nenhuma familiaridade com a utilização das ferramentas disponibilizadas pela instituição.

A pesquisa, que pode ser caracterizada como exploratória e descritiva, objetivou apresentar uma análise qualitativa das principais dificuldades apresentadas por esses docentes em sua atuação pedagógica nas aulas, no período inicial de isolamento devido à pandemia e foi realizada ao longo dos meses de abril a julho, a partir das mensagens desses professores em grupos de redes sociais, criados especialmente para acompanhamento e orientação nas dificuldades observadas.

Entre as maiores dificuldades apresentadas pelos professores estão a pouca familiaridade com uso de equipamentos eletrônicos, limitação de acesso à internet, desconhecimento dos recursos disponibilizados nas redes mundiais para dinamização da aprendizagem, inexistência de cursos voltados à autoria de recursos, para não se limitarem ao “copia e cola.”

Concluiu-se que as instituições educacionais, tanto da Educação Básica quanto da Educação Superior, devem investir em programas de capacitação para seus professores, para que os mesmo possam estar instrumentalizados para o retorno das atividades presenciais. Quanto aos cursos de graduação, nas instituições de ensino superior, devem acrescentar, a sua grade

curricular, disciplinas que efetivamente contemplem a aprendizagem de utilização de ferramentas e metodologias inovadoras em seus cursos, com carga horária compatível à magnitude desse conhecimento.

Objetivos

A produção deste artigo está voltada à análise das dificuldades apresentadas pelos professores da Educação Básica e do Ensino Superior com a utilização dos recursos tecnológicos e das ferramentas disponibilizadas, para o atendimento aos alunos durante o período de isolamento, em que as aulas a distância se tornaram a única opção para a continuidade do ano letivo.

Formação de professores

Um dos grandes desafios que são postos aos governantes, no Brasil, refere-se à formação de professores, principalmente para atuação na Educação Básica, conforme Gatti (2014). Segundo a autora, outros países investem maciçamente em políticas específicas para a melhoria dos processos educacionais, em todas as instâncias, desde o aparelhamento das escolas até à valorização dos profissionais que atuam com educação no país.

A educação básica sente os reflexos das deficiências de aparelhamento e, também, da valorização dos docentes, mas Mello (2000) relata que não é possível ministrar aulas sobre conteúdos que não se domina, quando há todo um universo de significados que ainda não foram construídos pelo professor. Ela continua, explicitando que o professor deve ser preparado e preparar-se para sua atuação, buscando desenvolver competências que serão necessárias para o exercício do magistério. Chama a atenção que a pesquisadora já defendia essas ideias no ano de 2000, e ainda se discutem as defasagens apresentadas na formação de docentes.

Mello (2000, p. 102) cita também o que está contido nos “artigos 22, 27, 32, 35 e 36 da LDB e nas diretrizes curriculares nacionais da educação básica. Isso é condição indispensável para qualificar o docente como capaz de lecionar na educação infantil, no ensino fundamental ou no ensino médio”, no entanto já são passadas duas décadas e parece que não houve grandes avanços nesse sentido.

Observando-se os estudos apresentados pelas instituições públicas que regulam a oferta da educação básica, observamos que, sempre, essas instituições exigem dos professores a melhoria do desempenho dos alunos para que os índices referentes aos exames nacionais ou internacionais de avaliação da educação básica sejam aumentados. São elaboradas provas de nivelamento, é exigida a oferta de estudos de recuperação, que quase sempre cobram exaustivamente dos alunos as competências básicas do ler, escrever e contar, mas de uma forma mecânica, em que não se privilegia o exercício da análise, da comparação, da crítica, da reflexão.

Conforme o que Scheibe (2010) argumenta, as críticas sobre o desempenho dos professores recaem sobre a repetição de falas sobre as condições inadequadas da formação inicial e a indiferença pela formação dos alunos, mostrando-se um cenário que prioriza a formação de

profissionais mais competentes, para o exercício de uma profissão mais valorizada e atrativa.

Um documento mais atual, que normatiza a educação brasileira, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018a), assim como a Proposta para Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica – BNC (BRASIL, 2018b), defendem a formação inicial por competências, tanto para a formação inicial quanto para a formação continuada e para a elaboração e aplicação de instrumentos de avaliação como de certificação de docentes para o exercício da docência na Educação Básica.

A BNC (2018b) apresenta algum avanço e, conforme Albino e Silva (2019, p. 147),

a formação de docentes deverá sustentar-se nos seguintes princípios: visão sistêmica da formação de professores, que deve articular formação inicial, continuada e carreira; colaboração entre instituições formadoras, redes de ensino e escolas de educação básica; formação com foco na prática de sala de aula; importância do conhecimento pedagógico do conteúdo; e formação integral do professor.

Formação integral, nesse contexto, entende-se como sendo a formação em competências, habilidades e valores, e a implementação de mudanças nos cursos de formação inicial, como a substituição do estágio curricular por outra atividade a ser desenvolvida desde o primeiro semestre do curso de formação. O que se observa é que, em nenhuma dessas propostas, consta a formação do professor para o atendimento às novas demandas da educação considerando os avanços da tecnologia e, mesmo, circunstâncias emergenciais, como a que caracteriza o momento atual.

As demandas do momento atual, em que os professores ficaram à frente de salas de aula virtuais sem terem sido preparados para isso nos cursos de formação deixa claro que há necessidade de cursos de formação voltados a essa necessidade, uma vez que as mudanças existentes exigem do professor a realização de uma prática que envolve ferramentas e recursos tecnológicos que ele desconhece ou, ainda, sabe que existem, mas não sabe utilizá-las, como aponta Santos (2016). Esse autor ainda relata que “as instituições educacionais enfrentam o desafio não apenas de incorporar as novas tecnologias como conteúdo do ensino”, mas utilizá-las de forma a que promovam, no alunos, o desenvolvimento da reflexão e da crítica, inserindo-os nesses novos contextos de tecnologia e ambientes virtuais.

Valente (2019), relata que as metodologias ativas e as tecnologias móveis já fazem parte do ensino superior, pelo menos em relação aos alunos, os quais não mais se mostram dispostos a assistir mais de 30 minutos de aulas expositivas. Observa-se o mesmo em relação aos alunos da educação básica. A utilização de metodologias ativas de ensino e aprendizagem, que são técnicas, abrangem “procedimentos e processos utilizados pelos professores durante as aulas, a fim de auxiliar a aprendizagem dos alunos” (VALENTE, 2019), e, com o uso dessas metodologias ativas, o professor deve procurar “criar situações de aprendizagens para que os aprendizes possam fazer coisas, pensar e conceituar o que fazem, construir conhecimentos sobre os conteúdos envolvidos nas atividades que realizam, bem como desenvolver a capacidade crítica”, conforme Valente (2019).

No entanto, para que isso aconteça, Scheibe (2010) traz que a superação da formação continuada com base em cursos rápidos deve ser buscada, priorizando-se programas de formação mais consistentes, que podem ser realizados no próprio espaço escolar, transformando a escola em um espaço formativo de relevância, voltado ao atendimento às necessidades de formação docente para que os mesmos possam ter uma atuação mais consistentes em qualquer nível de ensino em que atuem.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa, realizada com vistas à identificação das dificuldades apresentadas pelos professores da Educação Básica e do Ensino Superior com a utilização dos recursos tecnológicos e das ferramentas disponibilizadas, para o atendimento aos alunos durante o período de isolamento, em que as aulas a distância se tornaram a única opção para a continuidade do ano letivo, tem características de pesquisa exploratória e descritiva, com análise qualitativa dos resultados.

A pesquisa exploratória visa proporcionar uma maior aproximação e familiaridade do pesquisador com o problema pesquisado, com o objetivo de deixá-lo mais explícito, conforme Gil (2008). É Gil quem ainda relata que o estudo exploratório oferece, ainda, a possibilidade de aprimoramento das ideias que se formam a respeito do tema pesquisado.

Esta pesquisa também pode ser caracterizada como descritiva, pois apresenta-se, no texto, a descrição do tema pesquisado, com todas as suas implicações, decorrências e intercorrências, sendo que as contribuições dos professores foram analisadas a partir de uma metodologia qualitativa, pois são apresentadas as dúvidas, as dificuldades e as necessidades do público pesquisado.

Esse público foi constituído por 25 professores de Educação Básica, que atuam apenas nesse nível de ensino; 5 professores de Educação Básica, que atuam nesse nível de ensino e também na educação superior, inclusive em cursos a distância, ou com uma parcela da carga horária a distância; e 8 professores de ensino superior, que atuam nos cursos de graduação presencial em uma instituição que oferece cursos presenciais, semipresenciais e a distância.

Foram analisadas as contribuições desses professores a partir da comunicação entre eles e seus pares, com a mediação dos gestores, em relação às dificuldades apresentadas na realização das aulas a distância, nos meses de abril a julho, em que as escolas estiveram fechadas devido à pandemia.

Apresentação e discussão dos resultados

Feita a análise das falas dos professores nos grupos de whatsapp analisados, observou-se que não importa o nível educacional em que o professor atua, as dúvidas e as dificuldades são bastante parecidas.

Uma observação comum a dois grupos (professores da Educação Básica e professores no

Ensino Superior) refere-se à necessidade de um modelo, ou seja, eles expõem que “seria ótimo se algum colega pudesse dar uma rápida aula para os professores sobre a gestão da sala” e complementam com conteúdos que gostariam de ver com maiores detalhes, como a configuração de recursos a que os alunos terão acesso, bem como necessidade de orientações para ações básicas, como a inclusão de alunos que não conseguem acesso ao conteúdo. Observa-se, nas observações desses docentes, que eles ainda permanecem atrelados ao ensino tradicional, necessitando de modelos e atividades prontas para serem aplicadas, sem levar em consideração o perfil dos alunos, principalmente em relação aos jogos e utilização das diferentes ferramentas disponíveis, que deixam um campo imenso aberto para novas experimentações e possibilidades no campo da aprendizagem.

Observou-se também que, por parte de alguns professores, as dúvidas eram básicas, referindo-se à abertura de salas ou criação de grupos na plataforma, ações que praticamente são mecânicas nas páginas do Ambiente Virtual de Aprendizagem que, na maioria das vezes, já apresenta as turmas “abertas”, cabendo ao professor apenas inserir o desenvolvimento das ações, o que pode ser feito mediante consulta a tutoriais que são disponibilizados. Não se pode esquecer que, tanto na rede pública quanto na particular, em vários estados, a disponibilização de um espaço virtual institucional já ocorreu há algum tempo. No entanto, a maioria dos professores pouco se interessou em aprender a utilizar as diferentes ferramentas disponibilizadas, limitando-se a fazer o preenchimento da chamada on line e o registro dos conteúdos ministrados no dia.

Como as aulas são ministradas em home office, uma dúvida que surgiu, também foi: “Preciso incluir um fundo da IES para ministrar a aula?”. Percebe-se, nessa questão, a insegurança e a falta de conhecimento do professor em relação a essa nova metodologia de trabalho, uma vez que o plano de fundo deveria ser a última preocupação do professor. As ferramentas, a metodologia, as estratégias é que deveriam ser a prioridade nesse planejamento.

Outra questão, essa bastante comum entre os professores que só atuam na Educação Básica e os que só atuam no ensino superior presencial, foi em relação ao tempo das aulas: “Devo ministrar as aulas com o mesmo tempo hora/aula como se estivesse no presencial?” Novamente temos uma preocupação fora de contexto porque, se aula remota for atrativa, se os alunos estiverem engajados na realização de atividades interessantes propostas pelo professor, o tempo de aula torna-se irrelevante ou, pode-se até dizer, insuficiente, numa aula que não se torna cansativa para nenhum dos envolvidos.

Os professores também questionaram: “Como faremos as apresentações de trabalhos? Devo cobrar o material antes da apresentação?” Percebe-se, por esses questionamentos, o total desconhecimento, por parte dos professores, das possibilidades de interação que o ambiente virtual oferece. Essas questões apresentadas demonstram, ainda, o quanto os professores não estão preparados para o uso das novas ferramentas e dos novos espaços de educação, em que o tempo tem outra conotação, e a aula assume outras configurações, com maior interatividade, o que esclarece, também, o questionamento apresentado na sequência: “Como fazer com que os alunos tenham o engajamento nas aulas?”

O que os professores não perceberam, de imediato, é que o não engajamento nas aulas a distância reflete as distrações e a falta de comprometimento que se encontram, também, no ensino presencial, não importando o nível. Acredita-se que, porque as aulas a distância continuaram a reproduzir o mesmo formato das aulas presenciais o aluno, frente ao celular e ao computador, não demorou a encontrar outros centros de interesse.

Muitas outras dúvidas foram expostas pelos professores: sobre a utilização da câmera, luz, microfone; utilização da forma dialógica; dificuldade com o uso da tecnologia; dificuldade com a postura, gerenciamento do tempo por parte do professor. Essas dúvidas traduzem, com muita clareza, o despreparo do professor em relação, inclusive, ao estabelecimento de prioridades para a elaboração de seu planejamento.

Observou-se, na análise das participações em relação a esses aspectos analisados, que apenas os professores que atuam simultaneamente na Educação Básica e na Educação Superior, em turmas de educação a distância, se mostraram um pouco mais tranquilos, uma vez que já vivenciaram, em outros momentos, esse processo de adaptação, já buscaram opções de aprendizagem em serviço para dar conta das exigências das funções na EaD.

Percebe-se, pelo posicionamento dos professores, que eles carecem de informações elementares sobre a utilização de ambientes tecnológicos e de ferramentas para atividades em educação a distância, habilidades essenciais para o exercício da docência na atualidade.

Considerações Finais

A formação docente, no Brasil, precisa ser reformulada em todos os níveis e modalidades, conforme os resultados analisados, a partir da pesquisa realizada. Independente das necessidades expostas pelo surgimento da pandemia, a formação dos professores para o uso de tecnologias, em sala de aula, já deveria ser uma realidade nos cursos de formação de docentes, seja nos cursos iniciais ou em formação continuada.

Destaca-se que esses cursos de formação de docentes devam fazer parte de um programa aprofundado que contribua para o desenvolvimento de competências necessárias à formação de futuros docentes, os quais irão atuar para a formação dos cidadãos para atuarem nas diferentes esferas da sociedade, inserindo-se, de forma efetiva, em todos os contextos que desejarem e sabendo utilizar, adequadamente, as ferramentas tecnológicas que estão a sua disposição.

Referências

ALBINO, Ângela Cristina Alves; SILVA, Andréia Ferreira da. BNCC e BNC da formação de professores: repensando a formação por competências. Revista Retratos da Escola. v. 13, n. 25, p. 137-153, jan/mai 2019. 2019. Disponível em <<http://www.esforce.org.br>>.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a base. Brasília. 2018a. Disponível em: 568 http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf. Acesso em: 02 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Proposta para Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica. 2018b.

GATTI, B. A formação inicial de professores para a educação básica: as licenciaturas. Revista USP, (100), 33-46. 2014.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

MELLO, Guiomar Namó de. Formação inicial de professores para a educação básica: uma (re)visão radical. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 14, n. 1, p. 98-110, Mar. 2000 .

SCHEIBE, Leda. Valorização e formação dos professores para a educação básica: questões desafiadoras para um novo Plano Nacional de Educação. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 112, p. 981-1000, Sept. 2010 .

SANTOS, José Vicente dos. Formação do professor frente às novas tecnologias. Disponível em <https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/Formacao_do_professor_frente_as_novas_tecnologias.pdf>. Acesso em 26 jul 2020.

VALENTE, José Armando. Tecnologias e educação a distância no ensino superior: uso das metodologias ativas na graduação. Trabalho & Educação, v. 28, n.1, p. 97-113, jan-abr, 2019.